

Correção a preços muito altos

Com a correção monetária de 12,6% creditada em 1º de fevereiro último, a dívida pública interna brasileira situa-se, hoje, ao redor de Cr\$ 110 trilhões, dos quais uns Cr\$ 45 trilhões em circulação no mercado (fora da carteira do Banco Central). Cerca de 65% deste último valor terão vencimento ainda este ano, o que trará enormes dificuldades para o Governo.

De imediato, acredita-se que as autoridades poderão ceder às pressões do mercado por uma maior abertura nas taxas de juros. Isso ficou mais ou menos evidente na última sexta-feira, quando o Banco Central preparou-se para fazer o maior leilão de títulos de sua história e acabou por cancelá-lo, para não ter que atender às exigências de taxas impostas pelas instituições financeiras.

Como as necessidades de giro da dívida são, de fato, bastante prementes, tendo como objetivo principal alongar o seu perfil — ou seja, reduzir a concentração no curto prazo —, uma eventual atitude de ampliação das taxas terá reflexos imediatos sobre os níveis de juros do mercado como um todo, pois as instituições financeiras serão obrigadas a aumentar a rentabilidade de seus títulos, de forma a manter equilibrada a concorrência pela captação de recursos.

Há poucas semanas, durante uma mesa-redonda promovida pelo JORNAL DO BRASIL, o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen assinalava que a dívida pública interna não se constituía em um problema dos mais graves porque a sua “rolagem” sempre seria possível, pois o Governo tem uma tradi-

ção de resgatar nos prazos previstos os títulos em poder do mercado.

— Se você empresta dinheiro a alguém e esta pessoa, ao chegar a data de pagamento, lhe paga corretamente, você naturalmente ficará à vontade para continuar emprestando mais. O mesmo ocorre no que se refere aos títulos: se eles são resgatados, a rolagem da dívida pública acaba sendo normal, pois o devedor — no caso, o Governo — tem crédito” — afirmava, então, o ex-Ministro.

No mercado, ninguém contesta este posicionamento. De fato, será sempre possível alongar o perfil da dívida. “Mas a que preço?” — perguntam alguns analistas.

Em um primeiro momento, as autoridades precisarão acelerar substancialmente a colocação de títulos no mercado. Não é por outro motivo que o leilão planejado para sexta-feira passada era o maior da história, envolvendo um total de 250 milhões de títulos, sendo 100 milhões com prazo de dois anos de resgate e os 150 milhões restantes igualmente divididos em três, quatro e cinco anos.

Para que se tenha uma idéia da situação atual, basta verificar o seguinte: dos Cr\$ 45 trilhões em títulos que estão em poder do mercado, os vencimentos este ano (cerca de 65%) correspondem a nada menos do que uns Cr\$ 30 trilhões, ou seja, qualquer coisa como 7,5% do Produto Interno Bruto brasileiro, da ordem de Cr\$ 400 trilhões.

Leia editorial “Novo Encilhamento”